



AO EXPEDIENTE DO DIA

de 03 de 1990

Em 09 de 03 de 1990

1.º SECRETARIO

ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



João Pessoa - Pb.

Em, 06 de março de 1990

PROJETO DE LEI

25 / 90

Fica reconhecido de utilidade pública  
a Associação dos Moradores de Caldas  
Brandão.

- Art. 1º Fica reconhecido de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão cujo Edital, foi publicado no Diário Oficial de 01 de dezembro de 1989 e registrado no Cartório Toscano de Brito sob número 54806.
- Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

ANTONIO MEDEIROS DANTAS  
PARLAMENTAR

Aprovado em 1º Discussão  
EM, 21/03/1990

1º SECRETARIO

Aprovado em 1º Discussão



Fundação, Eleição e Posse da Associação Comunitária dos  
Moradores de Caldas Brandão.

REG. 311.000.0003

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e nove às dez horas na casa situada à Rua Manoel Viegas s/n, reuniram-se os Moradores de Caldas Brandão, abaixo assinados com o objetivo de fundarem Associação Comunitária dos Moradores, de Caldas Brandão que terá a finalidade de representar e defender os interesses da comunidade, bem como promover a melhoria das condições gerais da Associação e dos Associados, dando início aos trabalhos, o Sr. Evaraldo Araújo de Souza depois das apresentações, convocou a fazer parte da mesa a Sra: Maria Rita de Oliveira, Lindalva Ximenes Araújo de Souza, Maria José Barbosa, José Oliveira de Araújo, Maria das Graças Barbosa da Silva. Em ato contínuo foi procedida a Eleição e Posse da 1<sup>a</sup> (Primeira) Diretoria da Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão, ficando assim constituída: Presidente: Evaraldo Araújo de Souza; Vice-Presidente: Maria Rita de Oliveira, 1<sup>a</sup> secretaria: Lindalva Ximenes Araújo de Souza, 2<sup>a</sup> secretaria: Maria José Barbosa, 1<sup>o</sup> tesoureiro: José Oliveira de Araújo, 2<sup>o</sup> tesoureiro: Maria das Graças Barbosa da Silva, Conselho Fiscal Efectivo: Maria das Neves da Silva, Raimundo Batista Moreira, Sebastião Vicente dos Santos, Suplentes do Conselho Fiscal: Rosélia Oliveira Fernandes, Antônio Amâncio da Silva, Juiza Alves Barbosa. Na sequência foram todos os membros da Diretoria declarados pelo Presidente da mesa, eleitos e empossados. Pôs lida e aprovada a pre-



expressem a defesa e interesse dos associados, além de promover a melhoria das condições gerais dos funcionários possibilitando-lhes realizar atividades educacionais, recreativas, benficiais e sociais, sempre visando o bem estar da classe e progresso da Associação. Em seguida a Sra. Lindalva Ximenes Araújo de Souza fez o uso da palavra declarando o valor da associação com referência ao seu trabalho, louvando o trabalho árduo dos representantes de uma associação, visto que não há remuneração para as pessoas que ocupam cargos em uma associação. Em seguida, o Presidente eleito Sr. Evandro Araújo de Souza agradeceu a confiança depositada em sua pessoa como também a presença de todos comprometendo-se a fazer o possível para corresponder a confiança depositada mais uma vez, fez uso da palavra a secretária eleita Lindalva Ximenes Araújo de Souza, também agradecendo a todos os presentes como nada mais havia a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião e eu para constar lahei a presente Ata que vai por assinada, bem como pelo Presidente e demais membros da diretoria, Lindalva Ximenes Araújo de Souza, Evandro Araújo de Souza, Maria Pilar de Oliveira (Miri), Maria das Graças da Silva, Maria José Barbosa, Rosélia Oliveira Fernandes,

### CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA CÂNCIDO PESSOA, 31 - FONE: 222-1017

Apresentado hoje para registro. Apontado sob o N.º de ordem 54747 do Livro Protocolo A 03, Registrado sob o N.º 54807 no Livro B 144 ficando cópia arquivada neste Cartório.

O QUE CERTIFICO

(Assinatura) 11-12-89

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CALDAS BRANDÃO



ESTATUTO  
(A.C.M.C.B)



## CAPÍTULO I DA FUNDAÇÃO

Art. 1º - Através do presente instrumento cria-se nesta data a Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão - ACMCB

Art. 2º - A Associação funcionará sob a forma de sociedade civil de Direito Privado sem fins lucrativos, por tempo indeterminado.

## CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 3º - A Associação terá como finalidade:

I - promover a união e coordenar a participação das pessoas no trabalho da melhoria das condições de vida da comunidade.

II - levantar e discutir os problemas que atingem a comunidade procurando solucioná-los na defesa dos interesses dos municípios.

III - promover a assistência médica-odontológica, jurídica, esportiva e cultural à população do município.

## CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA

Art. 4º - A Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão, fará a execução dos serviços que se propõe, terá a seguinte constituição:



**CAPÍTULO IV**  
**DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS**  
**SEÇÃO I**  
**DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 5º** - A Assembléia Geral tem por finalidade:

- I - eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- II - aprovar e reformular o presente estatuto.

**SEÇÃO II**  
**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 6º** - A Diretoria Executiva tem por finalidade:

- I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- II - cumprir as deliberações emanadas das assembleias gerais;
- III - incentivar o espírito associativo dos municípios;
- IV - incentivar suas manifestações naturais;
- V - apoiar as atividades sócio-educativa-culturais.

**SEÇÃO III**  
**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 7º** - O Conselho Fiscal tem por finalidade:

- I - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva;
- II - apreciar os relatórios das atividades e as prestações de contas da Diretoria Executiva.
- III - apreciar assuntos relevantes de interesse da Assem-



## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** - A Assembléia é formada pelos integrantes do Quadro Social da Entidade.

**Art. 9º** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por ano no 1º semestre, no mês de março e no 2º semestre no mês de agosto e extraordinariamente, quantas vezes se fizer necessário.

**Art. 10** - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Associação.

**Art. 11** - A Assembléia Geral será instalada com a maioria absoluta dos sócios, em primeira convocação, não atingindo este quorum a mesma será instalada com qualquer número de presentes, em segunda convocação.

**Art. 12** - As Assembléias Gerais instaladas e dirigidas pelo Presidente da Associação e, na sua ausência pelo Vice-Presidente.

**Art. 13** - A convocação dos Associados dar-se-á através de Edital que será afixado na sede da Associação e em lugares de maior assédio da população.

**Art. 14** - As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos associados que se fizerem presentes à reunião.

**Art. 15** - A Diretoria Executiva terá mandato de 02 (dois) anos e será composta por quatro membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

**Art. 16** - Compete ao presidente da Associação:

I - defender em juízo ou fora dele, os interesses da Asso-



Art. 17 - Qualquer membro do quadro social da Associação poderá ser eleito Presidente.

Parágrafo único - É vedada a reeleição de qualquer membro da Diretoria para o mesmo cargo.

Art. 18 - O Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros, que serão eleitos juntamente com a Diretoria Executiva.

Art. 19 - Os cargos eletivos da Associação serão exercidos gratuitamente e considerados como de relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 20 - O patrimônio da Associação será usado no atendimento dos objetivos a que se propõe a Entidade.

§ 1º - O patrimônio da Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão será composta de bens móveis e imóveis que poderão ser adquiridos através de compra, permuta e doação.

§ 2º - Em caso de dissolução, os bens da Associação, serão leiloados e a pecunia dosda ao Instituto em Cartório.

Art. 21 - Os casos omissos neste instrumento serão explicitados no Regimento Interno.

Caldas Brandão, de

de 1989

CONTRATILIO TOSCO, VOLE BRITO

TB.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA

LIVRO A Nº .... 2.1...

Certifico e dou fé que nos termos dos arts. 18 e 19 do Código Civil Brasileiro e na forma dos arts. 114 e 119 da Lei Nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em data de hoje foi conferida Personalidade Jurídica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CALDAS BRANDÃO.....  
Entidade Civil estabelecida à... Rua Manoel Viegas S/N ....., na cidade de Caldas Brandão .....,  
Estado da Paraíba, conforme REGISTRO Nº... 5.4.8.0.6... deste Cartório.

João Pessoa, 1.1./dezembro... 1989...

O OFICIAL DO REGISTRO



CCC  
FICHA DE INSCRIÇÃO  
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 III PARA USO DA REPARTIÇÃO

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02 ETIQUETA PROTOCOLO DO C.C.C.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CCC

24 488 694/0001-16



\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C.G.C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS

INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C. SIM  81 8 NÃO  02 6

SOLICITAÇÃO DE BAIXA HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS? SIM  03 0 NÃO  04 9

NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.

Nº BÁSICO  0001 N.º ORDEN  0001 CONTROLE

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

05 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHE HABITUALMENTE	06 BIPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO) <input checked="" type="checkbox"/> 09	07 EXPORTAÇÃO <input type="checkbox"/> 01 7	08 PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL <input type="checkbox"/> 02 5	09 IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/> 03 3	10 IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE) <input type="checkbox"/> 04 1	11 IPI <input type="checkbox"/> 05 0	12 OPERAÇÕES FINANCEIRAS <input type="checkbox"/> 06 8	13 SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL) <input type="checkbox"/> 07 8
		LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS <input type="checkbox"/> 00 4	ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/> 09 2	MINERAIS <input type="checkbox"/> 10 6	TRANSMISSÃO PROP. MOBILIÁRIA <input type="checkbox"/> 11 4	ICM <input type="checkbox"/> 12 2	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA <input type="checkbox"/> 13 0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> 14 9

05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

06 PERCENTUAL DO CAPITAL

07 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

MENOS DE C \$ 100.000  01 6 ENTRE C \$ 100.000 E C \$ 1.000.000  02 4 MAIS DE C \$ 1.000.000  03 2

08 EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)  00 6

SOCIEDADE EM NOME COLETIVO  01 4

SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LÍQUIDA  02 2

SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA  03 0

SOC. COMANDITA SIMPLES  04 9

SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES  05 7

SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS  06 5

SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO  07 3

SOC. COOPERATIVA  08 1

FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA  09 0

DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR  10 9

09 EMPRESA PÚBLICA  00 3

SOC. DE ECONOMIA MISTA  11 1

SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)  12 0

SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)  13 8

EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)  14 6

FUNDAÇÃO  15 4

ASSOCIAÇÃO  16 2

AUTARQUIA  17 0

ÓRGÃO PÚBLICO  18 9

10 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

11 DENOMINAÇÃO

12 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO

S. MORADORES DE CALDAS BRANDÃO

13 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

14 TIPO (RUA, AV., ETC.) RUA  00 1 NOME DO LOGRADOURO MANOEL VIEGAS

15 NÚMERO S/N  00 2 COMPLEMENTO ANDAR, SALA, ETC.

16 BAIRRO OU DISTRITO CENTRO  00 3

17 MUNICÍPIO CALDAS BRANDÃO  00 4

CÓDIGO DO MUNICÍPIO 1977

18 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

19 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO 020414644

CONTROLE 53

20 NOME EVANDERO ARAÚJO DE SOUZA

21 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

22 DATA 18/12/89

23 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

24 DATA

25 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

26 DATA

27 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

28 DATA

29 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

30 DATA

31 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

32 DATA

33 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

34 DATA

35 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

36 DATA

37 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

38 DATA

39 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

40 DATA

41 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

42 DATA

43 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

44 DATA

45 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

46 DATA

47 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

48 DATA

49 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

50 DATA

51 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

52 DATA

53 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

54 DATA

55 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

56 DATA

57 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

58 DATA

59 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

60 DATA

61 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

62 DATA

63 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

64 DATA

65 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

66 DATA

67 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

68 DATA

69 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

70 DATA

71 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

72 DATA

73 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

74 DATA

75 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

76 DATA

77 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

78 DATA

79 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

80 DATA

81 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

82 DATA

83 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

84 DATA

85 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

86 DATA

87 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

88 DATA

89 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

90 DATA

91 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

92 DATA

93 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

94 DATA

95 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

96 DATA

97 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

98 DATA

99 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

100 DATA

101 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

102 DATA

103 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

104 DATA

105 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

106 DATA

107 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

108 DATA

109 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

110 DATA

111 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

112 DATA

113 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

114 DATA

115 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

116 DATA

117 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

118 DATA

119 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

120 DATA

121 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

122 DATA

123 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

124 DATA

125 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

126 DATA

127 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

128 DATA

129 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

130 DATA

131 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

132 DATA

133 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

134 DATA

135 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

136 DATA

137 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

138 DATA

139 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

140 DATA

141 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

142 DATA

143 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

144 DATA

145 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

146 DATA

147 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

148 DATA

149 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

150 DATA

151 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

152 DATA

153 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

154 DATA

155 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

156 DATA

157 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

158 DATA

159 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

160 DATA

161 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

162 DATA

163 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

164 DATA

165 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

166 DATA

16

CAMDESA - CAMPINA GRANDE DIESEL S/A. - CGC(MF) 08.963.596/0001-63

CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: NCZ\$1.040.000,00

## SUMÁRIO DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1989.

**DATA:** 31.08.89. **HORA:** 14(Quatorze) horas. **LOCAL:** Av. Severino Cabral nº 510, José Pinheiro, Campina Grande-PB. **MESA:** Presidente, Raimundo Lira; Secretária, Gitana Maria Figueiredo Lira. **REPRESENTANTES:** Totalidade do Capital Social, conforme assinaturas no Livro Presença de Acionistas. **DELIBERAÇÕES:** PRIMEIRA: Renúncia do Sr. Francisco Wolgrand Vieira Dias ao cargo de Diretor Superintendente da Sociedade. SEGUNDA: Extinção do cargo de Diretor Superintendente. TERCEIRA: Nova redação do Artigo 11 dos Estatutos Sociais. QUARTA: Nova redação ao PARÁGRAFO ÚNICO do Artigo 14 dos Estatutos Sociais. O presente é cópia Fiel da Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de Agosto de 1989, copiada no Livro próprio e assinada pelos presentes. Campina Grande-PB., 31 de Agosto de 1989.(ASS.) Raimundo Lira, presidente, Gitana Maria Figueiredo Lira - Secretaria, José Augusto de Lira, Francisco Dantas Lira, Raimundo Lira, Gitana Maria Figueiredo Lira.

Campina Grande, PB., 31 de Agosto de 1989.

CAMDESA-CAMPINA GRANDE DIESEL SA.

RAIMUNDO LIRA  
Diretor Presidente.

A presente Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Paraíba Delegacia Regional de Campina Grande, sob nº 253.00000304.9, por despacho de 22 de Novembro de 1989.

**INCOMPASA - INDUSTRIA DE COMPORTAS DA PARAIBA S.A.CGC/MF: 09.139.148/0001-86**  
**SUMÁRIO ATA CONS. ADMINISTRAÇÃO.** I-LOCAL/DATA/HORA: Av. Parque nº 173, Distrito Industrial, às 10 horas, nesta cidade. 2-PRESENÇA: TOTALIDADE dos membros do Cons. Administração. 3-DELIBERAÇÕES: Aprovado por unanimidade dos presentes o aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR, no valor de NCZ\$ 104.000,00, representado por 104.000 ações nominativas, preferenciais, sem direito a voto, de valor nominal NCZ\$1,00 cada ação, conforme boletim de subscrição assinada pela Diretoria e pelo Gerente do Banco do Nordeste do Brasil S.A., como gestor do mencionado Fundo. 4-PARECER DO CONS.FISCAL: Por ser não permanente não foi convocado para pronunciar a respeito. 5-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO: Ata lavrada livro próprio e arquivada na JUCEP sob 2530000782,6, por despacho de 30/11/89. Ass. Fernandes Souza Medeiros - Presidente

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE JUAZEIRINHO: CAPÍTULO I - Da Entidade e Seus Fins - Art. 1º - A Associação Universitária de Juazeirinho-PB, fundada em 11 de maio de 1989, é uma Sociedade Civil com personalidade jurídica, formada sede na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba, com fins de ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte, lazer, entretenimento, alimentação, rádio, cinema, teatro, espetáculos, entre outros, e sua por finalidade: Congregar os estudantes universitários da cidade com a finalidade de proporcionar-lhes uma convivência social, bem como a proteção e representação dos seus sócios; b) Apoiar as justas pretensões dos seus filiados dando-lhes solidariedade total nos movimentos que visam melhorar as ações educacionais e sociais da comunidade; c) Promover o espírito de solidariedade entre estudantes de todos os níveis para o engrandecimento e progresso das classes; d) Manter, quando possível, uma biblioteca, um jornal ou revista que difunda os acontecimentos culturais, sociais, esportivos, políticos e econômicos; e) Interferir junto aos poderes constituintes por melhores condições de ensino nas escolas e na sociedade toda vez que julgar necessário; f) Desenvolver o espírito de iniciativas e pesquisas; g) Promover a integração da escola com a comunidade; h) Realizar intercâmbio com outras entidades; i) Promover e incentivar atividades sócio-culturais e esportivas. CAPÍTULO II - Dos Sócios e Sua Categoria - Art. 2º - Foderão ser sócios da associação universitária de Juazeirinho - Os estudantes universitários nascidos neste município ou que nela residem - Professores e graduados que mantenham relações estreitas com a classe estudantil. Art. 3º - O grupo social será composto das seguintes categorias: - Fundadores; - Contribuintes; - Beneficiários; - Honorários - § 1º - São sócios fundadores, os universitários que desenvolvem o livre de presença da associação geral de fundação e os primeiros admitidos desde que sejam filiados a esta entidade, dentro de um prazo cumprido com as disposições estatutárias; § 2º - São sócios contribuintes, todos aqueles admitidos neste entidade que paguem a taxa de inscrição e mensalidade fixada pela associação dado a exigência de situação financeira da associação; § 3º - São sócios Beneficiários aqueles reconhecidos pela associação por projeto de conselho deliberativo, da diretoria ou de qualquer comissão, que prestam relevantes serviços prestados à associação; § 4º - São sócios Honorários os estudantes secundaristas no 3º do segundo grau que manifestarem oficial a vontade de participar de associação e cumprir o preste estatuto. CAPÍTULO III - Diretoria e Conselho de Sócio - Art. 4º - Constituirá privilégios dos sócios fundadores e contribuintes: Tomar parte nas assembleias gerais, votar e ser votado, requerer na forma estatutária convocação da assembleia geral e desfrutar das atividades promovidas pela associação. Art. 5º - Os direitos decorrentes deste estatuto são de caráter estatutário pascal, não sendo transferidos para transcrição ou delegados a terceiros mesmo por procuração. Art. 6º - São deveres dos sócios: - Cumprir, acatar e respeitar os presentes estatutos; bem como o regulamento interno e demais normas regulamentares diretrizes da associação; Atentar e respeitar os direitos dos seus poderes; Pagar as contribuições que lhes competirem; - Cooperar para o desenvolvimento da associação; - Aplicar os impostos aos associados as pena de suspensão e eliminação. § 1º - A pena de suspensão será aplicada à diretoria após decisão da assembleia geral nos seguintes casos: a) Infração grave aos estatutos da associação; b) Falta de participação em reuniões da associação durante 3 meses consecutivos; c) Condenação por crime inafiançável, enquanto durarem seus efeitos; § 2º - A eliminação será decidida pela assembleia geral, mediante proposta de qualquer sócio à votação das casas: a) Falta de participação em 6 meses seguidos; b) Condenação criminal transitada em julgado; c) Praticar atos notoriamente reprováveis perante a sociedade ou que atentem contra a moralidade social; d) Incidência de infração aos presentes estatutos. CAPÍTULO IV - Do Patrimônio - Art. 8º - O patrimônio da associação será constituído: Das taxas e contribuição dos sócios; - Dos bens adquiridos e inventariados que forem adquiridos; - De subsídios, auxílios, doações ou legados que lhes forem concedidos. CAPÍTULO V - Do Conselho Deliberativo - Art. 9º - São poderes da associação: a) assembleia geral; b) Conselho deliberativo; c) diretoria executiva. CAPÍTULO VI - Da Assembleia Geral - Art. 10 - A assembleia geral será constituída de todos os sócios que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo eleitos dezenas soberanas, salvo quando contrárias as leis vigentes e aos presentes estatutos, podendo ser ordinária ou extraordinária. § 1º - Haverá anualmente uma assembleia geral ordinária no 2º quinzena de Janeiro do ano subsequente para dia de curso e aprovação de prestações de contas da diretoria a qual será convocada pelo presidente com o prazo mínimo de 15 dias, cujo edital quando possível, será publicado em jornal local e afiado na sede da associação e principais lodragões públicos da cidade. § 2º - Em caso de não convocação da assembleia geral nos termos do parágrafo anterior caberá ao presidente do conselho deliberativo fazer. Art. 11 - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão presidida pelo presidente da associação, assumindo-se os casos previstos no § 2º. Art. 12 - A assembleia geral ordinária ou extraordinária só realizar-se-á convocação no mínimo com presença de 2/3 dos associados quites com a tesouraria e em 2ª convocação, uma hora após com qualquer nº de sócios que não entendimento estavam quites com a tesouraria da associação. Art. 13 - Qualquer associado com direito a voto poderá requerer a convocação da assembleia geral e extraordinária em até 10 dias contados do seu pedido ao presidente. CAPÍTULO VII - Do Conselho Deliberativo - Art. 14 - O conselho deliberativo competirá: a) Dar parecer sobre balanço anual e contas da associação; b) Fiscalizar os atos do presidente e demais membros da diretoria; c) Tomar parte em todas reuniões da associação; d) Estudar e dar parecer sobre qualquer assunto que lhe for apresentado pelo presidente da associação; e) Recorrer quando for necessário à assembleia geral. Art. 15 - O conselho deliberativo será composto de 5 membros sendo 3 efetivos e 2 suplentes eleitos na assembleia geral ordinária com mandatos de 02 anos. CAPÍTULO ÚNICO: No caso de desistência, morte ou impedimento de qualquer conselheiro efetivo será nomeado o suplente mais próximo quanto ao tempo, em segunda hipótese o mais idoso. Art. 16 - O conselho deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou quando convocado pelo novo conselheiro extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente. Art. 17 - O conselho deliberativo elegêra dentro seu membro um presidente a vice e um secretário. Art. 18 - Anualmente o conselho deliberativo elegerá uma entidade fiscal composta de 03 membros.**

## CONSUI Companhia Nordes

C.G.C.(M.F.) Nº 08.334.187/0001-71 - \$1.000,00 DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 29.11.89. Rue. Otávio Novais nº 33 - Tambauzinho. Iidade dos membros do Conselho de Admin. Que iroga Cartaxo - Presidente e Antônio berações tomadas a unanimidade de votos integralizado em 142.000 ações preferen. io FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - do o Capital de NCZ\$ 990.488,00 para NC. Iho Fiscal - Não ha Funcionamento - JUN. sob. nº 253.00000.97.0 em 30.11.89. ARQ. ro Cartaxo - Presidente.

AGROPECUÁRIA VALE DO DIAMANTE S/A - C. Capital Autorizado NCZ\$ 1.200.000,00 - NCZ\$ 1.029.397,00 - EXTRATO DA ATA DA 1 QMO, realizada no dia 29.11.1989, às 10 Todo Conselho de Administração. MESA - te, e Francisco Sales Maia, secretario. Aumento do Capital Realizado de NCZ\$ 1. mediante a emissão de 55.150 de ações p. gralizadas em dinheiro, pelo FUNDO DE I ARQUIVAMENTO: Na JUCEP, em 30.11.89, so. tião Coimbra Neto - Presidente.

## EXTRATO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES

CAPÍTULO I DA FUNDAÇÃO - Art. 1º - através de data a Associação Comunitária dos Moradores. Associação, funciona sob a forma de sociedade criativos, por tempo indeterminado. CAPÍTULO II - promover a união das no trabalho da melhoria das condições de discutir os problemas que atingem a comunidade dos interesses dos municipes. III promover a dica, esportiva e cultural à população do mu. BASICA Art. 4º A Associação Comunitária dos B execução dos serviços que se propõe, terá a s. ral. II Diretor Executivo. III Conselho Fisc. ÓRGÃOS SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL. Art. 5º A I - eleger a Diretoria Executiva e o Conselho presente estatuto. SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECA. tem por finalidade: I - cumprir e fazer c deliberações emanadas das assembleias gerais; tivo dos municipes; IV - incentivar suas mani. tividades sócio-educativa-culturais. SEÇÃO II. selho Fiscal tem por finalidade: I- fiscaliza - apreciar os relatórios das atividades e as Executiva. III - apreciar assuntos relevantes sociados. CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. los integrantes do Quadro Social da Entidade. se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por ano no 2º semestre no mês de agosto e extraordinaria. sário. Art. 10 - A Assembléia Geral Ordinária. Associação. Art. 11 - A Assembléia Geral será dos sócios, em primeira convocação, não ating lada com qualquer número de presentes, em seg. bléias Gerais instaladas e dirigidas pelo Pres. cia pelo Vice-presidente. Art. 13. A convocaç. Edital que será afixado na sede da Associação. pulação. Art. 14. As decisões da Assembléia G. associados que se fizerem presentes à reunião. rá mandato de 02 (dois) anos e será comporta p presidente, Secretário e Tesoureiro. Art. 16 - I- defender em julzo ou fora dele, os interess. atividades administrativas da associação. Art. Associação poderá ser eleito Presidente. Pará. qualquer membro da Diretoria para o mesmo carg. composto de 5 (cinco) membros, que serão eleitu. tiva. Art. 19 - Os cargos eletivos da Associação considerados como de relevante serviços prestar. mória da Associação será usado no atendimento c

tidade § 1º - O patrimônio da Associação Com. Brandão será composta de bens móveis e imóveis de compra, permuta e doação. § 2º - Em caso de serão leiloados e a pecunia doada ao Instituto missos neste instrumento serão explicitados no



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI Nº 25/90

EMENTA - Fica reconhecida de Utilidade Pública  
a Associação dos Moradores de Caldas/  
Brandão.

AUTOR - DO DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS.

P A R E C E R.

Com a apresentação do Projeto de Lei nº 25/90, pretende o/ ilustre deputado, reconhecer de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caldas Brandão.

Fêz o Autor juntada de Xerox dos seguintes documentos:

- 1 - Ata de sua fundação e Posse da Diretoria.
- 2 - Certidão de Personalidade Jurídica, com registro no Cartório Toscano de Brito sob nº 54.806
- 3 - CGC, nº 24.488.694/0001-16
- 4 - Publicado no Diário Oficial de Sexta Feira dia 1/12 89.

Comprovando assim sua Personalidade Jurídica e satisfazendo as exigências nos termos legais, somos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 13 de Março de 1990.

Waldemar Pena  
PRESIDENTE - Relator

VICE - PRESIDENTE

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Registrado no Livro de Plenário  
ás Fis. 85 Sob No 25190

EM, / / 19

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia / /

e 9

19

SECRETÁRIO

A Coordenação das Comissões  
Técnicas.

19 / 03 / 90

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

José Cláudio Gomes Ribeiro  
Dir. de Div. das Comissões Técnicas  
Mat. 271611-9

A Comissão de Constituição, Legis-  
lação e Justiça.

Em / / 19

SECRETÁRIO

F. M. Vaz  
Técnico Legislativo

REMESSA  
Remetido nesta data ao  
Presidente  
de Comissões de Justiça  
Em 13 de 03 de 1990  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA  
*José Cláudio Gomes Ribeiro*  
Dir. de Div. das Comissões Técnicas  
Mat. 271611-9

Recebi, nesta data o presente projeto de  
Lei n.º 25/90  
Em 13 de 03 de 1990  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA  
*José Cláudio Gomes Ribeiro*  
Dir. de Div. das Comissões Técnicas  
Mat. 271611-9



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

GP/Ofício nº 95/90  
irm.

Em, 23 de março de 1990.

Senhor Governador:

Estou encaminhando a V. Exa., nos termos do que dispõe o Regimento Interno, o Autógrafo nº 006/90, aprovado por unanimidade por esta Assembléia Legislativa em sessão plenária realizada no dia 22 de março em curso, que Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caldas Brandão.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Exa., os protestos de consideração e apreço.

*João Fernandes da Silva*  
JOÃO FERNANDES DA SILVA  
PRESIDENTE

Exmº. Sr.

Dr. TARCISIO DE MIRANDA BURITY

DD. GOVERNADOR DO ESTADO

Palácio da Redenção

Nesta \_\_\_\_\_ /



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 006/90  
PROJETO DE LEI Nº 25/90

Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caldas Brandão.

Art. 1º - Fica reconhecido de Utilidade a Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão cujo Edital, foi publicado no Diário Oficial de 01 de dezembro de 1989 e registrado no Cartório Toscano de Brito sob número 54806.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba,  
em João Pessoa, 23 de março de 1990.

PRESIDENTE

1º SECRETARIO

2º SECRETÁRIO



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 006/90  
PROJETO DE LEI Nº 25/90

Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caldas Brandão.

Art. 1º - Fica reconhecido de Utilidade a Associação Comunitária dos Moradores de Caldas Brandão cujo Edital, foi publicado no Diário Oficial de 01 de dezembro de 1989 e registrado no Cartório Toscano de Brito sob número 54806.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba,  
em João Pessoa, 23 de março de 1990.

S A N C I O N O

Em: 11/ 04/1990

GOVERNADOR

PRESIDENTE

1º SECRETARIO

2º SECRETÁRIO